

SAINDO DO ARMÁRIO: DIÁRIO DE CAMPO EM UMA ESCOLA LGBTTTT

COMING OUT OF THE CLOSET: FIELD DIARY ON A SCHOOL LGBTTTT

Renan Antônio da Silva

lepp@rc.unesp.br

Doutorando em Educação Escolar pela UNESP Araraquara. Realizou estágio doutoral com bolsa Capes/PDSE junto ao Centro em Investigação Social (CIS/ISCTE-IUL).

RESUMO

Este trabalho tem como foco a investigação das dificuldades enfrentadas pelos homossexuais em seu percurso de vida. Investiga ainda a realidade dos alunos da escola E-Jovem, uma instituição de Campinas (SP) voltada para o público LGBTTTT, verificando as possíveis transformações vividas tanto no âmbito pessoal (aprendizagem, liberdade etc.) quanto no âmbito coletivo relativas ao combate à homofobia. A coleta de dados aconteceu em duas etapas: inicialmente foram realizadas observações participantes no ambiente escolar e, em seguida, foram feitas entrevistas individuais e semiestruturadas com cinco alunos e cinco professores.

Palavras-chave: LGBTTTT. Homofobia. Educação. Políticas públicas. Desenvolvimento humano e social.

ABSTRACT

This work focuses on the investigation of the difficulties faced by homosexuals in their life path. It also investigates the reality of E-Jovem school students, an institution from Campinas/ (SP, Brazil) dedicated to the LGBT+ public, checking possible transformations in both personal (learning, freedom etc.) and collective levels regarding the struggle against homophobia. Data collection was carried out in two stages: initially, a participant observation was conducted in the school environment, and then individual semi-structured interviews were lead with five students and five teachers.

Keywords: LGBT+. Homophobia. Education. Public policies. Human and social development.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca discutir a temática da homofobia a partir da investigação das vivências e representações de alunos e professores homossexuais de uma escola (E-Jovem) destinada ao público gay. Situada em Campinas, a E-Jovem tem como principal objetivo oferecer ao jovem todas as ferramentas para que possa se expressar, conhecer a cultura de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTTT) e produzir sua própria cultura, propondo uma socialização diferenciada.

Considerando isso, este trabalho foi produzido mediante pesquisa qualitativa, ou seja, que descreve informações que não podem ser quantificadas, fundamentando a discussão com contribuições teóricas sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E HOMOFOBIA

Em 1950, um ramo de estudo intitulado a “economia do desenvolvimento” tinha como principal preocupação os meios para a promoção e o crescimento da renda per capita, tendo a ideia central de que existia uma relação direta entre o consumo, a renda e a satisfação, lidando com os aspectos econômicos do processo de desenvolvimento dos países menos ricos, com foco não só nos métodos para promover o crescimento econômico e a mudança estrutural, mas também em como melhorar o potencial da sociedade em geral.

Tendo em vista essas reais problemáticas, o economista indiano Amartya Sen (1993), homenageado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1998, questiona o porquê isso até hoje acontece, como o acúmulo de bens, riquezas, não supre o bem-estar social de toda a sociedade, mas apenas de uma minoria. Para o economista, a promoção do bem-estar (desenvolvimento) deve passar por várias questões, não tão-somente pelas econômicas, orientando-se pelo questionamento de qual é o valor próprio da vida humana, que perpassa por estar livre de doenças evitáveis, de uma morte prematura, ter uma boa alimentação e a de ser um cidadão apto a exercer sua “cidadania”, que sabe questionar, que sabe de seus direitos e deveres, que tem a “liberdade” como precursora de sua vida, sendo possível desenvolver suas potencialidades.

O desenvolvimento pode ser visto, argumenta-se aqui, como um processo de expansão das liberdades reais de que desfrutam as pessoas. Enfocar a liberdade humana contrasta com concepções mais estreitas do desenvolvimento, como as que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto ou com o aumento da renda pessoal, ou com a industrialização, ou com o avanço tecnológico, ou com a modernização social... Ver o desenvolvimento em termos da expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que tornam o desenvolvimento importante, antes que meramente para os meios, que, inter alia cumprem parte proeminente no processo. (SEN, 1993, p. 133)

A acessibilidade de uma vida repleta de garantias e de benefícios é ainda um sonho para muitos homens e mulheres, o que Amartya Sen (Ibid.) denomina de “capacidades”, ou seja, a efetivação de tipos diversos de funcionamentos (levar a vida que se almeja). O desejo de ter uma vida digna (o almejo de melhorias) é algo que muitas vezes nos deixa um questionamento inevitável, pois, como se sabe, no mundo atual apenas minoria é detentora de lucros, de bens e da máquina produtiva. Em muitos livros e artigos, o desenvolvimento se enquadra apenas à definição econômica, porém, desenvolvimento pode ser definido como processo de alargamento das liberdades vivenciadas de que uma pessoa possa usufruir. Silva (2009), ao pesquisar Amartya Sen, mostra que a expansão da liberdade é o fim prioritário e, simultaneamente, o meio principal do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua ação.

Liberdades sendo concretas (efetivadas) contribuem para o alargamento da liberdade humana em geral, promovendo, assim, o desenvolvimento. Liberdades que incluem o combate à fome, participação política, liberdade

religiosa, liberdade de expressão, educação, saúde etc. Dentre essas liberdades, destaca-se a busca pelos “direitos de igualdade”, iniciada no final dos anos 1970, caracterizado, entre outros, pelo processo de ressurreição da sociedade civil, em que vários movimentos sociais vieram à tona, entre eles de grupos de gays e lésbicas, que até aquele momento eram vistos como “marginais”, sem direito a nada, apenas ao desprezo e à hostilização, e que, após essa visibilidade, passaram a ter suas potencialidades à mostra, como forma de liberdade, realizando combinações de funcionamento alternativas, podendo levar diferentes estilos de vida (fora do padrão pré-estabelecido).

O movimento gay começou a se organizar entre o final da década de 1970 e o início dos anos de 1980. Não somente o movimento gay, mas outros grupos sociais, nesta época, articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis. Essas reivindicações demonstravam a importância do contexto político em que se desenvolviam. (FERRARI, 2004, p. 105)

Pensando na questão de grupos LGBTTTT iniciados nos anos 1970 e 1980, quando atores sociais, que lançaram projetos, obtiveram grandes conquistas e ainda continuam lutando, visando mudanças, em especial, no combate contra a homofobia, vemos nitidamente uma busca pelos direitos e principalmente por suas liberdades. Na segunda metade dos anos 1990, uma série de processos e acontecimentos se mostraram consideráveis no quadro de articulações que caracterizaram o movimento na década de 1980 e em outras representações sociais.

Sobre a homossexualidade, tradicionalmente marcada pelo estigma e pelo preconceito, destaca-se o trabalho do Legislativo e do Judiciário, em que emergem diferentes iniciativas visando à coibição da discriminação e à ampliação de direitos. A luta em prol do respeito e, principalmente, por suas liberdades introduz ao grupo LGBTTTT conceitos derivados de Amartya Sen, pois temos nessas buscas o exercer da democracia, encarada como leque de oportunidades a ser geradas, em que seu uso depende de práticas sociais, pois, em uma democracia, as populações tendem a obter direitos após “reclamarem” ou “exigirem”, e é característico que não se consiga nada sem o exercício da prática cidadã e da aquisição de suas “liberdades”.

Sabe-se que conflitos por reconhecimento de direitos são avaliados por situações de desrespeito, principalmente, quando se luta por questões que visam o desenvolvimento social e, dessa forma, “tende a conter todos os pressupostos intersubjetivos que hoje precisam estar preenchidos para que os sujeitos se possam saber protegidos nas condições de sua autorrealização” (HONNETH, 2003, p. 270). Nas sociedades modernas, as relações de estima social são sujeitas a uma luta permanente em que os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida.

O COMBATE À HOMOFOBIA

Intolerância à homossexualidade, cientificamente chamada de “homofobia”, atinge dimensões chocantes e requintes de crueldade em nosso país e no mundo. Fruto de uma ideologia machista e heterossexista (atitude de preconceito, discriminação ou ódio contra toda sexualidade não-heterossexual), que vê os homossexuais como desleais diante da tradição e do formato de família tradicional, normalmente formada por pai e mãe (homem e mulher), unidos por matrimônio ou união de fato, e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear. Quando uma família suspeita que um(a) filho(a) revela tendências

homossexuais, todos os recursos são acionados para corrigir e curar a indesejada “anormalidade”, que passam por surras, broncas, idas a psicólogos, psiquiatras, igrejas, sessões de descarrego etc. Sendo assim, muitos homossexuais escondem seus sentimentos e atividades por medo de reprovação ou de violência por parte da sociedade e de seus familiares, sentindo-se, muitas vezes, “excluídos”.

A heterossexualidade permanece considerada como a única forma de “normalidade”, daquilo que se preconiza como sendo “natural”, não obstante as várias demonstrações de homossexualidade nas diversas espécies animais. (BAGEMIHL, 2000)

No Brasil, onde predomina a cultura judaico-cristã deixada por nossos colonizadores portugueses, a homossexualidade foi considerada como ato abominável (pecado contra a natureza), crime equivalente à execução pública, principalmente pelo período da “inquisição divina”, quando pecadores ou aptos ao pecado eram levados à forca ou fogueira santa, para serem queimados vivos e seus “erros” levados ao vento. Para os religiosos, o pecado da sodomia (termo para designar perversões sexuais, com ênfase para o sexo anal) era algo inaceitável, pois essa prática deturpava as leis divinas, que consideravam pecaminosas quaisquer ações relativas ao comportamento sexual homogenital, porque atos sexuais, por natureza, são unitivos e procriativos. Não só no Brasil se tem relatos de tais brutalidades, cita-se, como exemplo, o período nazista, quando homossexuais mal desciam dos trens que tinham como ponto final os campos de concentrações e eram marcados com a letra A, logo após substituída por um triângulo cor-de-rosa, o “Triângulo”.

Após anos de violências e mortes, diferentes grupos, nesse caso fazendo referência aos homossexuais, começaram a frequentar “guetos”, locais exclusivos para encontros amistosos ou sexuais, baladas etc.

Em 1983, Edward MacRae, docente e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), publicou o artigo “Em defesa do gueto”, refletindo sobre a crescente visibilidade pública alcançada pelo grupo homossexual durante o período final do regime autoritário, em especial no Brasil (de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985) e a sua relação com mudanças no papel social do homossexual, na vivência das relações homossexuais, na sociabilidade e na militância política (reivindicações por direitos, luta contra o HIV/aids). No artigo original, argumentava-se que o “gueto” é importante na medida em que proporciona um ambiente de contatos no qual as pressões da estigmatização da homossexualidade são momentaneamente afastadas ou atenuadas.

Simões (2005) diz que “gueto homossexual” se refere a espaços urbanos públicos ou comerciais – parques, praças, calçadas, quarteirões, estacionamentos, bares, restaurantes, casas noturnas, saunas – onde as pessoas que compartilham a vivência homossexual podem se encontrar.

Ocorre que a imagem estereotipada da homossexualidade na sociedade é elaborada a partir de um processo de estigmatização desse segmento social, considerando aqui que o ato de “estigmatizar” é atribuir rótulo a alguém, tomando como sinal emblemático elementos como cor da pele, gordura ou magreza, comportamento, enfim, qualquer traço que carregue alteridade ante os padrões considerados “normais” para a sociedade. Para Goffman (1994), o estigma se refere a uma situação em que o indivíduo está inabilitado para a aceitação social plena, e destaca que o estigma se configura como algo externo ao indivíduo. O autor não considera que os discriminadores procuram fazer com que o indivíduo portador de estigma seja exposto o tempo todo.

Diferenças e identidades, multiculturalismo e diversidade têm sido termos largamente utilizados para marcar posições democráticas que pretendam

ter uma leitura social da realidade. Entretanto, esses mesmos termos também têm sido distorcidos e utilizados de modo a justificar práticas sociais que induzem ao erro e levam à manutenção da dialética da exclusão/inclusão social (SAWAIA, 1999). Em muitos casos a utilização do termo “diferente” agrega preconceitos, como a homofobia.

O termo “homofobia” foi empregado inicialmente em 1971 pelo psicólogo George Weinberg, e remete a um medo irracional da homossexualidade, com conotação profunda de repulsa, total aversão, mesmo sem motivo aparente. Trata-se de uma questão enraizada ao racismo e a todo tipo de preconceito. Esse medo passa pelo problema da identificação grupal, ou seja, homófobos conformam suas crenças às da maioria e se opõem radicalmente aos que não se alinham com esses papéis tradicionais que desempenham na sociedade, ainda que apenas na aparência.

Bahia (2012) esclarece que o termo “homofobia” não pode ser limitado a uma visão reducionista: “homossexualidade + fobia” (isto é, como aversão a homossexuais). Homofobia se marca pela rejeição ou negação – em múltiplas esferas, materiais e simbólicas – da coexistência, como iguais, com seres afetivo-sexuais que diferem do modelo sexual dominante. Violência não se dá apenas de forma física, mas igualmente em discursos que não reconheçam uma minoria como tal.

Homofobia e políticas públicas

No Brasil, projetos de políticas públicas, criados pelo Judiciário e Legislativo, visam a melhoria ou são meios de garantir direitos aos homossexuais, dando reconhecimento aos que padecem, muitas vezes, da falta de garantias, sendo rotulados como “marginais” (pessoas que por algum motivo não estejam inseridas no convívio social).

No final dos anos 1990, já no contexto de multiplicação de Organizações Não Governamentais (ONG) e redes, na presença das paradas do orgulho gay (desde 1997), da internet e de um mercado que cresce, acontece a primeira experiência de política pública na esfera da segurança aos homossexuais, o Disque Defesa Homossexual (DDH). Criado em 1999 na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, o DDH foi pensado como programa de defesa (e não apenas de denúncia).

Em 1997 acontece a primeira Parada LGBTTT, com a meta de dar visibilidade às categorias sócio-sexuais e fomentar a criação de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A principal estratégia foi de ocupar os espaços públicos para elevar a autoestima dos LGBTTT e sensibilizar a sociedade para o convívio com as diferenças. Mas a parada é também vista, além de uma política pública de visibilidade, como um dos maiores eventos turísticos de São Paulo e como momento de celebração pelas conquistas já alcançadas, pelo avanço da sociedade ao respeito às diferenças e para reivindicar mais mudanças.

Em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia foi lançado a partir de uma série de discussões entre o governo federal e a sociedade civil organizada com o intuito de promover a cidadania e os direitos humanos dos LGBTTT a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas.

Em 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decide manter a adoção de duas crianças concedida a um casal de lésbicas do Rio Grande do Sul, mesmo que um recurso do Ministério Público do Estado contestava a decisão da 7ª Câmara Cível, que permitiu a duas mulheres a responsabilidade legal pelas crianças. Em 28 de abril do mesmo ano, com o precedente aberto, outro casal

homoafetivo conseguiu a guarda de uma criança, no município de Tangará da Serra (MT).

VIOLÊNCIA E HOMOFOBIA

“Violência”, etimologicamente, “do latim *violentia*, significa exercer violência sobre, forçar, coagir” (CUNHA, 1997). O termo pode remeter também ao conceito de um comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa ou ser vivo, sendo que esse comportamento pode invadir a autonomia (espaço), integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. Segundo Durozoi e Roussel (1993, p. 485), “ato que se exerce com força contra um obstáculo; comportamento de uma pessoa contra outra que ela considera como um obstáculo à realização de seu desejo”. A questão da violência abrange todos os atos de violação dos direitos: civis (liberdade, privacidade, proteção igualitária); sociais (saúde, educação, segurança, habitação); econômicos (emprego e salário); culturais (manifestação da própria cultura) e políticos (participação política, voto).

Exerce o poder da violência quem tortura, fere ou mata; quem, não obstante a resistência, imobiliza ou manipula o corpo do outro; quem impede materialmente o outro de cumprir determinada ação. Geralmente a ação violenta é exercida contra a vontade da vítima; como exceções, pode-se citar o suicídio, os atos de violência provocados pela vítima com finalidade de protesto, como os monges budistas que se autoimolavam durante a Guerra do Vietnã, na década de 1960.

Uma das formas de violência é a homofobia. Ancorada em Borrillo (2001), homofobia é entendida como ato de medo ou receio direcionado àqueles que adotam costumes de vida que não condizem com os padrões sexuais da sociedade ocidental hegemônica (heteronormatividade), e está ligada a pensamentos arraigados durante a convivência familiar, social e religiosa. Tais sentimentos empregados contra homossexuais geram a homofobia e estão presentes em uma série de ações que são reforçadas no cotidiano da vida social e vivenciadas diversas vezes em telejornais diários, que mostram casos de muitos homossexuais que sofrem agressões físicas, sexuais e psicológicas.

Para Girard (1990), violência é algo inexorável e inerente à interação humana, e não podendo ser evitada precisa ser canalizada, desviada para outros fins e objetos. É com esse sentido que pode se interpretar a história da humanidade como percurso dos ritos sacrificiais e das suas vítimas expiatórias. O apaziguamento da comunidade sempre foi procurado pela descarga, como catarse da “violência de todos contra todos”, propiciada pelo ritual da “violência de todos contra um”. É recorrente, na história dos grupos humanos, a eleição ou constituição de “bodes expiatórios” que representariam essa tentativa catártica e domesticatória.

Dessa forma, homossexuais, bodes expiatórios diante da definição de homofobia, sofrem em função de suas orientações sexuais. Dessa maneira, a homofobia é construída e mantida por processos sociais que englobam a forma por meio da qual a própria sociedade é organizada, como exemplo, os estereótipos que constroem certos padrões de masculinidade e feminilidade, bem como a heterossexualidade hegemônica impetrada na cultura como um todo, por exemplo, um brinquedo que um garoto pode brincar e uma garota não, e vice-versa.

O(a) agressor(a) é chamado(a) de homofóbico(a) e, em muitos casos, trata suas “vítimas” (homossexuais) com calúnias, insultos verbais, gestos, ou com um convívio social com base na antipatia e na ironia. Formas de agressão

podem ser muito diversas e abarcam reações diretas e indiretas, ativas ou passivas, motoras ou verbais destinadas a prejudicar o outro. Ao se levar em conta a intenção do sujeito, permite-se distinguir a agressão hostil da agressão instrumental, que consiste em utilizar um poder coercitivo para alcançar uma meta distinta daquela de prejudicar a vítima, por exemplo, por antecipação de uma recompensa.

No pensamento sobre as lutas pelos direitos humanos, nota-se que cada época interferia em tais questionamentos, pois em cada momento histórico alguma reivindicação foi feita, em prol de melhorias ou até mesmo de mudanças, porém, em muitos casos, em vários momentos da história, aquele que detinha o poder abusava de sua autoridade violando os direitos de outros.

Sabemos que existem muitas desigualdades no uso do poder público e até mesmo jogo político quando falamos em “formação de grupos” que representam minorias sociais. As pressões surgidas de diferentes segmentos sociais conseguiram uma construção desigual, em termos de aquisições: ora um grupo alcança direitos ou “privilégios” (aspecto religioso, social e político), ora outro, e, assim, são elaboradas as normas da conduta humana, que perpassam pela questão do ser social.

DIREITOS HUMANOS E HOMOSSEXUALIDADE

Segundo Ferrari (2004), o movimento gay começou a se organizar entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980. Não somente este, mas outros grupos sociais, nessa época, articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis. Essas reivindicações demonstravam a importância do contexto político em que se desenvolviam. O fim da ditadura militar fazia surgir e reforçava um sentimento de otimismo cultural e social que atingia a todos.

Até mais ou menos 1975, os partidos políticos de oposição consideraram que os movimentos feminista, negro e homossexual eram irrelevantes à luta geral, ou seja, a questão das desigualdades entre classes sociais. O que marca os anos mais recentes destas áreas ditas minoritárias é o fato de elas terem chegado a ser reconhecidas também como “políticas”, a partir de uma visão da sociedade que enxerga o poder não apenas no Estado, mas também na rua, no escritório, no hospital, dentro de casa e na cama [...]. É justamente nesta época que Michel Foucault compete com os velhos heróis para o primeiro lugar das bibliografias dos cursos de ciências humanas nas universidades. (FRY; MACRAE, 1983, p. 117)

Em 1980, com a epidemia do HIV/aids, por muitos, estigmatizada como a “peste gay”, e que até os dias de hoje tantos pensam ser uma questão de patologia exclusiva ao público homossexual, ocorreu uma desmobilização do movimento homossexual. Aos poucos, na primeira metade de 1990, há um re florescimento do movimento homossexual brasileiro fortalecido por diferentes atores sociais locais, nacionais e internacionais, vinculados a universidades, políticas públicas, partidos políticos, associações científicas ou profissionais. Em 31 de janeiro de 1995, criou-se com 31 grupos fundadores a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), com o objetivo de implementar políticas de direitos homossexuais em todo o país.

Em 2004, no âmbito governamental, ocorre um avanço nas conquistas dos direitos LGBTTTT com a criação, a partir de uma parceria entre Estado e

sociedade civil organizada, do Programa Brasil sem Homofobia. Tal programa propõe 53 ações a serem desenvolvidas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República com os demais ministérios, políticas públicas e atores sociais mobilizados nessa causa. O questionamento sobre as diferenças e a tolerância perante aquele que é fora do “padrão” (multiculturalidade) é um dos marcos do programa, tendo também preocupação no âmbito escolar, colaborando para a modificação do comportamento de profissionais, sendo eles, gestores da educação, dirigentes, secretários, professores, diretores das instituições públicas e privadas e toda equipe envolvida no trabalho escolar (inspetores de alunos, cozinheiras, merendeiras), pois o espaço escolar não se delimita apenas à sala de aula, e sim, a todo o ambiente escolar.

Uma visão respeitosa da multiculturalidade exige dos profissionais da educação novos métodos a ser trabalhados na escola, como a formação na área da sexualidade (pós-graduação ou cursos de extensão), direitos dos cidadãos, liberdade de escolha para haver aceitação dos demais grupos sociais, onde se possa levar a educação para todos os alunos, retirando amarras ou entraves diante das diferenças entre gêneros.

No Brasil, entre janeiro e dezembro de 2011, foram denunciadas 6.809 violações aos direitos humanos contra a população LGBTTT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. A média de violações diárias no período foi de 18,6. A maioria dos agressores (61,9%) são conhecidos da vítima. O perfil das vítimas é de 34% do gênero masculino, 34,5% do gênero feminino, 10,6% travestis, 2,1% de transexuais e 18,9% não informados.

Em relação à criação de leis que criminalizem a homofobia, o PL (Projeto de Lei) nº 122/2006, apresentado pela deputada Iara Bernardi (PT), repudia as mais diversas formas de discriminação, contudo a polêmica do projeto gira em torno da proteção concedida ao grupo LGBTTT, sendo que aguarda aprovação na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal do Brasil. Dessa forma, grupos de parlamentares (ligados à movimentos dos Direitos Humanos e LGBTTT) lutam para a apreciação do PL nº 122/2006 e sua aprovação, mas é combatido por outros grupos de parlamentares (ligados, por exemplo, à bancada evangélica) contrários ao projeto argumentando que no texto da lei há violação à liberdade religiosa, de expressão e ao princípio da isonomia, além de indefinição do termo “orientação sexual”.

Observa-se uma fase de mudança quantitativa e qualitativa caracterizada pelo aumento e agravamento dos episódios de violência que acabam por influenciar na organização social. O poder público tenta amenizar essas questões difundindo novas ideias e formulando projetos que possam solucionar essas questões. Vivenciamos um momento de crise no processo civilizatório, no qual impera a lei do mais forte, numa tragédia fástica que exige esforços consideráveis, no sentido de atenuar e sublimar os efeitos desse mal. O não suportar do “novo” em uma sociedade gera falta de possibilidade de convivência com o “desconhecido”, criando uma rede de ódio e de agressividade, que perpassa por ofensas verbais, psicológicas e físicas.

METODOLOGIA

Com o objetivo de conhecer a realidade vivida (dificuldades, aceitação social, homofobia) pelos alunos e professores da escola E-Jovem e as possíveis transformações vividas tanto no âmbito pessoal (aprendizagem, liberdade, entre outros) quanto no âmbito coletivo, relativo ao combate à homofobia, esta pesquisa contou com a participação de dez entrevistados: cinco alunos e cinco professores da E-Jovem, situada em Campinas.

Abordagem teórico-metodológica

O método adotado foi a etnografia e o trabalho de campo, que, segundo Herskovits (1963), consistem em dirigir-se ao povo que se pretende estudar, escutar as conversas, visitar os lares, assistir aos ritos; observar o comportamento habitual, interrogar sobre as tradições para obter, mediante o conhecimento direto dos modos de vida, uma visão de conjunto da cultura ou analisar algo especial da mesma. Os dados obtidos deram luz aos problemas essenciais da natureza e o funcionamento da cultura e do comportamento social humano. Em um trabalho do tipo etnográfico destacam-se: (a) o papel da teoria na construção das categorias; (b) a necessidade de se respeitar princípios da etnografia, como a relativização (centrar-se na perspectiva do outro) e o estranhamento (esforço deliberado de análise do familiar como se fosse estranho); (c) o desenvolvimento do trabalho de campo com apoio em observação planejada, e em instrumentos e registros bem elaborados. Aponta-se a importância de que o relatório apresente vinhetas descritivas, citações literais de falas e de documentos que comprovem as interpretações feitas e que sejam explicitadas as justificativas de escolhas teóricas e metodológicas do pesquisador em cada momento e para cada finalidade. Temos ressaltado ainda a necessidade de articulação entre o particular e o geral, entre o micro e o macrosocial (ANDRÉ, 1995).

Nosso estudo desenvolveu-se com o grupo docente e discente da E-Jovem, situada na cidade de Campinas, interior de São Paulo. Portanto, nosso espaço de observação correspondeu, ao espaço escolar da E-Jovem, que consta de trinta alunos matriculados em seus diversos cursos, e com cinco docentes. Desses trinta discentes, cinco foram selecionados para responder às entrevistas. Nossa preocupação foi “menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão” (MINAYO, 1992, p. 102), um critério, portanto, não numérico. A amostra ideal sendo “aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões” (Ibid., p. 102).

Estratégias de coleta de dados

A coleta de dados aconteceu em duas etapas, descritas a seguir:

- A) Fase exploratória ou descritiva, realizada por meio de observação participante. Nesta fase o pesquisador realizou visitas à escola E-Jovem com objetivo de observar o cotidiano vivido pelas pessoas neste local (ambiente escolar: direção, professores e alunos). Os dados obtidos pelas observações e conversas informais com os atores sociais foram registrados sistematicamente em diário de campo.
- B) Fase focalizada, realizada por meio de entrevistas individuais, semiestruturadas, com os alunos selecionados na etapa anterior. Alunos estes escolhidos por conta do tempo de participação na E-Jovem, em sua maioria, presentes desde a abertura. As entrevistas foram realizadas e transcritas na íntegra para posterior análise, dando início com as perguntas dirigidas aos entrevistados, às posições que cada um se situa diante do que vê e sente.

Com relação à história de vida de cada entrevistado, para as finalidades a que se propõe esta pesquisa abordamos as entrevistas em profundidade na qual o pesquisador constantemente interage com o informante, com a principal função de retratar as experiências vivenciadas pelos alunos e professores da E-Jovem.

A história de vida tem como ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva. Muitas vezes durante as entrevistas, aconteceram a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Esses relatos forneceram material extremamente rico

para análise. Neles se encontram o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual (MINAYO, 1992).

Aspectos éticos

o projeto desta pesquisa, por envolver seres humanos, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Franca (COMEP/Unifacef), em conformidade com a Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde. A aprovação foi obtida pelo Parecer Consubstanciado nº 27.552, de 21 de maio de 2013, credenciando o prosseguimento da pesquisa de campo.

Além disso, todo o trabalho foi feito mediante consentimento dos pesquisados pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco alunos e cinco professores da E-Jovem. Os Quadros 1 e 2 contêm a caracterização dos entrevistados.

Quadro 1 – Grupo de discentes entrevistados.

Participantes	Idade	Escolaridade/tempo na e-jovem
a. R.	16 anos	Ensino médio incompleto-cursando/6 meses
L. V.	17 anos	Ensino médio completo/1 ano
D. S.	17 anos	Ensino médio completo/8 meses
Will Vulgo	21 anos	Ensino médio completo/7 meses
E. F.	17 anos	Ensino médio completo/1 ano e meio

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Grupo de docentes entrevistados.

Participantes	Idade	Escolaridade	Função e tempo na e-jovem
D. C.	38 anos	Graduado e mestre (Unicamp)	Diretor da E-Jovem/Professor de expressão cênica (5 anos)
C. M./L. B.	36 anos	Graduada em Educação Social	Fundadora e professora de expressão artística – Drag Queen (5 anos)
B. A. S. Q.	28 anos	Graduado em Comunicação/ Pós-Graduado (Unicamp)	Professor de Fanzine – expressão multimídia (1 ano)
L. R.	25 anos	Graduanda em Ciências Sociais	Professora de sociologia da homossexualidade (1 ano)
F. S.	27 anos	Graduado em Comunicação/ Pós-Graduado	Professor de WebTv (1 ano)

Fonte: Elaboração própria.

Sobre ser gay: dificuldades em se aceitar

Três entrevistados falaram da dificuldade em se aceitar como homossexual, um deles destacando o aspecto do cuidado para não parecer gay, e os outros dois relataram a luta e o desejo de, se possível, não serem homossexuais, destacando o quanto o mundo social ao redor os rejeita. Seus relatos podem ser observados a seguir:

D. S. (Discente): *Sempre fui tímido, nunca fui de falar em público e tudo mais. Sou um gay mais fechado, não costumo ficar falando fino, nem tiro a sobrançelha, nada que me marque como gay.*

B. A. S. Q. (Docente): *Tenho consciência de que sou gay desde muito pequeno, por volta dos cinco anos, e ficava assustado quando eu via o ódio que as pessoas tinham de gays e a quantidade de piadas que existiam. Eu ficava me perguntando: “será que eles vão me odiar tanto assim quando descobrirem que sou gay?” e isso era uma tortura.*

A. R. (Discente): *Se fosse para escolher, ia pedir para Deus me fazer “normal”, para dar netos para meus pais, para não ser julgado diariamente. [...] Sabe, rezo para Deus me tirar isso, todos os dias, rezo mesmo, peço para ele tirar esses pensamentos, vontades e tudo. Vou para a igreja e fico lá pensando e pensando, queria é mais que o mundo me visse como um cara legal, um menino do bem.*

Tal como relata B. A. S. Q., questionar sobre sentir atração por pessoas do mesmo sexo é algo inevitável para um homossexual no decorrer do seu desenvolvimento, às vezes desde muito cedo. É comum aparecerem pensamentos e tentativas de mudança, que podem ser dolorosos e marcantes. É difícil conseguir que o grupo social e familiar de um homossexual tenha o entendimento de vê-lo como “diferente” e não “anormal”, pois os julgamentos estão ligados a quadros de referência hegemônicos presentes na sociedade. E, no caso da homossexualidade, observa-se que nos últimos séculos ela foi vista pelo mundo ocidental como aberração moral ou doença (JODELET, 2001).

No entanto, por mais que se busque mudar, a homossexualidade é simplesmente uma parte de seu ser, sendo a pressão externa e interna pela mudança, uma violência gerada pela dificuldade de não pertencer ao formato humano “adequado”, e de tornar-se um fator perturbador no próprio ambiente. Em muitos casos, acontecem tentativas sociais maciças de mudar sua orientação sexual, na família, na escola, nas igrejas. Às vezes acontecem namoros e casamentos forjados em prol do que os outros possam falar. Um(a) gay pode ser censurado(a) quando deixa aflorar seus sentimentos, sendo esmagado(a) diariamente por sua consciência, sentindo que não pode ser quem é e tendo que usar máscaras.

Observa-se nos relatos de A. R. que o que a família disser sobre se assumir tem peso muito grande. Também há medo de ser deixado à margem, desvinculado de pessoas importantes do seu convívio. B. A. S. Q., em sua fala, destaca ainda o ódio que percebia no meio social quanto aos homossexuais, revelando a dificuldade de se perceber objeto de tal ódio somente por conta da sua inclinação sexual. Diante disso, fica clara a construção dessa dificuldade em se aceitar como homossexual, revelada por três participantes da pesquisa.

A sexualidade, ao longo da história da humanidade (e até os dias de hoje), vem sendo interpretada e transmitida pelas igrejas, escolas e pela sociedade, na maioria das vezes, ainda de maneira reducionista e repressiva, em muitos casos levada à população como um modelador de vidas, posicionando “verdades” e dando formas a imaginação diante do que é certo ou errado. Tendo a noção e a percepção de sua sexualidade, formula-se a “identidade de gênero”, que se dá independente do sexo; um ser humano pode ter a identidade de gênero de mulher, de homem ou ainda outras identidades de gênero possíveis, lembrando que a identidade de gênero é uma construção social, e não signo físico ou biológico como nos apontam.

É necessário frisar também que a sexualidade é um fator historicamente construído pela humanidade, como salienta Foucault (2007) p. 12):

A sexualidade é um “dispositivo histórico”, visto que, é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. Sua definição e dispositivo sugere a direção e abrangência de nosso olhar.

Na resposta de A. R. sobre a autopercepção como “gay”, nota-se que se existisse a escolha de ser ou não homossexual, a heterossexualidade seria a opção desejada, pois estando em uma sociedade que ainda vê homossexualidade, em muitos casos, como doença ou falta religiosa, é natural o desejo de estar em um grupo visto como “normal”. Em uma sociedade onde impera o preconceito e as divisões sociais, raciais e de gênero, a noção predominante sobre sexualidade é a da heteronormatividade, ou seja, só é considerada aceitável a relação sexual entre um homem e uma mulher, sendo a procriação da espécie seu único sentido.

O comportamento sexual fora do heteronormativismo, pelo menos vinte a trinta anos atrás, era visto como desviado e anormal aos padrões sociais vigentes. No entanto, o que não era analisado é que as pessoas buscam sua identidade de acordo com a cultura e os valores a que ela se atribui ao longo do seu processo de formação e aquisição de conhecimento.

Até o início da década de 1990, a condução para uma identidade sexual que não era heterossexual era denominada “opção sexual”. Entretanto, optar por uma identidade sexual se mostra irracional, pois subentende-se que a pessoa pensou e escolheu uma sexualidade que a sociedade discrimina. Todavia estudos posteriores puderam observar que uma pessoa não escolhe ser heterossexual ou homossexual.

O termo utilizado pelo movimento em defesa da diversidade sexual era opção sexual. Atualmente, o movimento LGBTTT não considera esta terminologia adequada por compreender que não se trata de “opção”, tendo em vista que a opção pressupõe uma racionalidade antecipada, que a vivência dos desejos afetivo-sexuais não acatam, pois as práticas afetivo-sexuais se encontram no plano do sentir. Com base nesse entendimento [...] considerando que orientamos nosso desejo a partir do que sentimos e a expressão deste desejo pode se dar através da vivência da homossexualidade, da heterossexualidade ou da bissexualidade. (CRESS-RJ, 2006, p. 8)

A não aceitação da homossexualidade pode nos ressaltar sobre a homofobia. Em sentido amplo, homofobia atinge gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e, por incrível que pareça, heterossexuais (considerados agressores) também são alvos deste tipo de discriminação, como pontua Costa (2012, p. 86): “Se um menino não gostar de jogar futebol ou não adotar algum comportamento esperado [de alguém do sexo masculino], vai ser chamado de ‘bicha’ pelos colegas mesmo que seja heterossexual”. Isso ocorre também com as meninas, que preferem jogar futebol ao invés de brincar com boneca.

A diversidade sexual humana está compreendida em um momento histórico contemporâneo marcado por interpelações da sociedade civil organizada em manifestar-se mediante movimentos sociais e desenvolvimento de trabalhos voltados ao campo do combate a todos os tipos de preconceito e de atendimento ao cidadão discriminado. Ela também se insere em uma conjuntura complexa de valores, culturas, leis e concepções críticas científicas ou do senso comum. Esse crescimento nas discussões diante da diversidade sexual e da maior visibilidade destes ante a sociedade, que ainda se mostra conservadora e muitas vezes ignorante, relaciona-se às transformações sociais, influenciadas pelo sistema capitalista atraente aos olhos dos que criam modelos de comportamento e de entretenimento a todas as classes e gêneros e pela globalização das relações

sociais entre as nações, pois países mais desenvolvidos possuem uma visão ampliada e modernizada da multiplicidade de gêneros e das redes de atendimento comercial, assistencial e de saúde que a ela são oferecidas, influenciando assim países em desenvolvimento. Porém, mesmo com esse desenvolvimento, observa-se no Brasil o esconder das sexualidades não padronizadas.

Dessa forma, “estar no armário” (termo utilizado para pessoas não assumidas) é um espaço de gerenciamento de estigmas, de um segredo, de uma informação que tem peso social muito forte. Aceitar-se, no caso, parece ser o resultado do enfrentamento de um momento de tensão, quase como um ritual de passagem. Reflete-se, assim, que desenvolver novas capacidades de autoaceitação, o que muitas vezes é difícil para um homossexual, é fundamental para que haja qualidade de vida. Porém, é impossível sem que aconteçam mudanças na forma de conceber a vida, sem que haja desalienação, confronto com as normas e padrões dominantes. Até mesmo dentro do âmbito homossexual, o afeminado pode ser deixado de lado ou rechaçado, como afirma o entrevistado D. S., o fato de ter traços masculinizados, no caso de homossexuais masculinos, garante muitas vezes crédito na busca de novas amizades, empregos, entre outros.

Visão Social Sobre A Homossexualidade

Dois entrevistados relataram como a homossexualidade é vista na sociedade. Um deles aborda o estigma da homossexualidade e o HIV/aids. O outro aborda a visão de pecado que algumas religiões impõem aos gays.

D. S. (Discente): *Paro pra pensar toda hora, povo acha que só GAY pode ter aids, parece que sou um objeto de doenças – CUIDADO, NÃO ME TOQUE!* [risadas].

A. R. (Discente): *Fiz parte de uma igreja que via a homossexualidade como algo do diabo. Muitas vezes saía de lá tonto, de tanto que era jogado para um lado e para outro, aquilo me feria. Deus tinha que me amar como sou poxa! Não gosto de mulher, mas, sou seu filho também, penso dessa forma!*

D. S., em sua fala, mostra sua vivência na questão de ser homossexual e de conviver com o estigma e, por ter essa orientação sexual, ser taxado como portador do vírus HIV/aids. O advento da aids nos anos 1980 serviu de motivo para o recrudescimento de preconceitos contra homossexuais, e a própria homossexualidade masculina se transformou num sinônimo de aids. No início, a associação chegou a tal ponto que a doença, recém-descoberta, chegou a ser chamada de GRID (Gay Related Immunodeficiency), nos meios científicos, e de câncer gay, peste gay ou peste rosa pela imprensa e pela opinião pública.

O impacto da aids sobre homossexuais chegou a assumir dimensões catastróficas nos países ocidentais, já que estão entre os mais atingidos. Por outro lado, os homossexuais, seja nas lideranças, ou organizações gays, estão entre aqueles que, ainda nos anos 1980, “primeiro e mais diretamente se mobilizaram para enfrentar os desafios impostos pela epidemia, não só sobre a população homossexual, como sobre outras populações específicas e sobre a população como um todo” (TERTO JR., 1997).

O estigma e a discriminação são processos de desvalorização dos sujeitos, que produzem iniquidades sociais e reforçam aquelas já existentes. Viver livre do estigma e de qualquer tipo de discriminação é um direito humano básico e que deve ser respeitado. Ser portador do HIV/aids não pode e não deve ser motivo para desrespeitar esse direito, seja ele heterossexual, homossexual, bissexual, travesti etc., pois a garantia de direitos é estabelecida a todos e não somente a um grupo específico.

A fala do entrevistado A. R. nos leva à reflexão sobre a questão de Deus e da homossexualidade. Culpar-se diante de ter nascido “diferente” dos demais é corriqueiro para o público LGBTTT, pois ao ver-se fora dos padrões já estabelecidos pela sociedade, o questionamento pode ser muitas vezes motivo de fuga ou esconderijo social. Em primeiro lugar, precisamos entender que a sexualidade não é uma questão simplesmente de “querer”, ou seja, inerente a sua vontade, assim como ninguém escolhe quem são seus pais biológicos, ou sua altura, o tom da sua pele, ou a cor dos seus olhos, ninguém escolhe ou “opta” por sua condição sexual. O indivíduo tem essa característica intrínseca, faz parte da sua natureza, simplesmente nasceu assim, do contrário, quem é que “optaria” por passar por tanto preconceito, marginalização, exclusão social e familiar, *bullying*, violência, incompreensão, intolerância religiosa e tantos outros sofrimentos?

Não aceitação da família e da sociedade

quatro entrevistados abordam a não aceitação de suas orientações sexuais perante suas famílias e a sociedade que os cerca. Um deles relata momentos de humilhação e desprezo, por ser visto como diferente dos outros. Outro entrevistado fala sobre a preocupação de seus pais diante de doenças sexualmente transmissíveis no momento em que ele se encontrava namorando, deixando claro ainda a estigmatização da aids diante do público LGBTTT. Em outro caso, de tanto ser rejeitado diante da sociedade, o entrevistado se diz não mais ligar para o que os outros falam sobre sua vida.

Will Vulgo (Discente): Foi muito complicado meu processo de aceitação por minha família, tive que dar passos de formada e sempre ter comigo: um dia eles vão entender e se não entenderem, aí seguirei meu caminho, mas antes disso plantarei todas as minhas sementes: a pessoa que sou, meu caráter, minha honestidade e principalmente sagrar o ser que eu sou. Cada história tem o seu tempo, a minha levou cerca de... bom, dos meus 16 aos 20 mais ou menos, aliás hoje com 21 minha luta ainda continua.

L.V. (Discente): fora, somos humilhados. Penso que seria diferente se o mundo fosse também diferente, pois não quero ser visto como um gay, e sim, como um rapaz normal.

D. S. (Discente): Quando eu namorava, meu ex ia na minha casa, ficava comigo no quarto (meus pais não gostavam de olhar, mas diziam sempre – Se cuidem! – pensando em camisinha).

E. F. (Discente): Hoje em dia, quem sabe sobre aceita, mas não faço muita questão que eles saibam de muita coisa de minha vida.

Analisando a fala de Will Vulgo é possível destacar a importância que o homem contemporâneo atribui à construção de caráter, de uma identidade própria, da carreira profissional e de questões que permitirá a este uma vivência harmônica em sociedade. As pessoas, historicamente, associam a formação pessoal ao contexto de sociabilidade, preocupando-se com a velha questão: O que será que as pessoas pensam sobre mim?

Quanto à aceitação pela família, cabe destacar a importância de a pessoa que assumirá uma identidade não heteronormativa compreender questões socioculturais que contemplem o raciocínio, a personalidade, os costumes e os hábitos de suas famílias.

Porchat (2008) afirma a dificuldade de assumir uma identidade e, assim, apresentá-la ao meio sociofamiliar quando esta apresenta aspectos de rejeição. A autora revela que esse conflito social em assumir uma sexualidade em um contexto conservador acarreta no indivíduo fragilidades emocionais que podem

levar à prática de atos contra a própria vida ou mesmo o adoecimento mental. Ela aponta o sofrimento vivenciado em “ter de ser de um sexo definido” (Ibid., p. 48) ou mesmo de sofrer a imposição de uma linguagem sexual heteronormativa (BUTLER, 2003).

O pensamento social conservador ainda é tão forte que a homossexualidade, a transexualidade, a travestilidade ainda sofrem com a visão da anormalidade, e o mais preocupante é que pessoas que expressam essas sexualidades tão rotuladas e estereotipadas também se consideram anormais, como revela o entrevistado L. V. Sua angústia e percepção de si remete às implicações que a visão conservadora transmite à sociedade e seus rebatimentos diante do público LGBTTT, que para alguns vivem uma anormalidade.

Assim, o pensamento conservador observa a sexualidade não heteronormativa como “uma afronta à moral e aos bons costumes, a homossexualidade permanece como alvo da rejeição social, sendo rotulada como anormalidade, gerando um sistema de exclusão impulsionado pelo preconceito” (SANTOS, 2007, p. 1).

Por outro lado, há aqueles que vivem em um contexto familiar mais esclarecido, com uma mentalidade expandida às diversidades do mundo moderno. D. S. deixa claro que sua família, mesmo sentindo contrariedade diante de sua relação homoafetiva, não impedia que esta fosse vivenciada.

Atualmente, pensa-se que o papel das tecnologias de comunicação e informação e, principalmente, o papel da educação como protagonista da educação sexual é muito importante no sentido de esclarecer questões de ordem relacionadas à dimensão da sexualidade humana, que transcende o fator biológico para o campo sociocultural, socioafetivo, cognitivo e histórico.

Mott (2002, p. 9) analisa a sexualidade humana “como uma construção social e uma expressão cultural”, devendo ser trabalhada com as famílias e os jovens, seja crianças e adolescentes, no sentido de trabalhar a educação enquanto respeito, tolerância, formas de lidar com familiares que vivem as múltiplas sexualidades, cuidados com a saúde, rompendo estigmas e preconceitos que acentuam a violência urbana diante de LGBTTT.

Vida social

um entrevistado relata sobre seu ciclo de amizades e sobre os locais onde frequenta, mostrando também a falta de confiabilidade de seus pais diante de suas ações.

E. F. (Discente): *Vou para a casa de meus amigos, para as baladas (fervos), bebo (muitas vezes até cair) [risadas] e também beijo (quando dá) [risadas]. Como meus pais me acham ainda “criança”, só consigo sair quando combino horários para voltar (um saco), mas isso já é alguma coisa.*

Geralmente o círculo social dos homossexuais contempla pessoas que também vivem as mesmas expressões sociais, sendo o grupo de amizades somado, em alguns casos, por homens e mulheres heterossexuais, com maior presença do grupo feminino. Na pesquisa de Silva (2009), 88% de LGBTTT entrevistados constituem seus círculos de sociabilidade com outros LGBTTT. Os demais 12% verbalizaram possuir amizades com homens e mulheres heterossexuais, destacando não ver problema nessa relação.

Muitos sentem receio pelo fato da discriminação, temem ser alvos de chacota, de brincadeiras sem graça, de ofensas mais graves, principalmente entre o público heterossexual masculino. Esse público apresenta uma parcela que

ainda cultua o machismo, tornando-se intolerantes à diversidade sexual. Existem mulheres que se enquadram no perfil citado, entretanto, é importante destacar a aceitação de heterossexuais em possuir amizades com homossexuais, rompendo com concepções de “se ando com gay, posso ser considerado gay também”.

É interessante refletir que ninguém influencia outro a mudar a orientação sexual. Cada um possui uma identidade que vai sendo desenvolvida ao longo do processo de formação da pessoa humana. Hoje é comum observar círculos sociais de amigos que apresentam uma multiplicidade de identidades sexuais. Essa realidade felizmente mostra que é possível existir mudanças no tocante ao fim da intolerância e na instalação da paz e da aceitação de LGBTTTT na sociedade contemporânea.

Quanto ao posicionamento de E. F., este afirma possuir vida social com amigos nas suas moradias e em baladas. Deixou claro o uso de bebida alcoólica e mencionou que nem sempre se relaciona com alguém nos entretenimentos que pratica.

Cabe mencionar que culturalmente o homossexual é visto como uma pessoa promíscua e libertina, todavia, é importante deixar esclarecido que questões de fetiches sexuais ou, nas palavras de Foucault (2007b), fazer uso dos seus prazeres através do contato corporal, com liberdade e autonomia, não estão formatadas apenas no desejo dos LGBTTTT, o público heterossexual também constrói desejos e fetiches que, muitas vezes, pela dinâmica social conservadora em que vivem não são vivenciados ou saciados, caindo assim, na frustração, acentuando as formas de julgar e apontar críticas a aqueles que manifestam seus desejos.

Agressões vividas

Dois entrevistados relataram não sofrerem nenhum tipo de agressão por serem homossexuais. Um deles diz que nunca sofreu por ser muito discreto e o outro por ser muito diplomático quanto este assunto desde sua infância.

D. S. (Discente): *Nunca sofri nenhum tipo de agressão por ser muito discreto, nem dou muita pinta.*

B. A. S. Q. (Docente): *Desde pequeno tento ser diplomático. Fui daquelas crianças “velhas” que são mais respeitadas do que muitos adultos. Participava dos grêmios nas escolas, sempre tive ótimos relacionamentos na escola e outros círculos sociais, bullying e bullying homofóbico eram quase nulos. Ouvia piadinhas sobre meu nariz grande, usar óculos, usar gel no cabelo... Mas não tinha uma criança que não era zoada de alguma maneira. Porém, ouvir as palavras “bicha”, “viado”, ou outras do gênero, mexiam bastante comigo e mexem até hoje, mesmo que nunca ninguém tenha me chamado diretamente de “sua bichinha”. Acho que as pessoas têm/tinham um pouco de medo de mim, não sou ingênuo de dizer que eles fizessem isso por respeito apenas. Muita gente não acredita quando eu digo que “Um ‘viado’ dito hoje, mata um gay amanhã”.*

Para D. S. sua discrição refere-se a não viver livremente sua expressão sexual. Neste caso, “dar pinta” seria viver uma sexualidade assumida. Entende-se que o entrevistado prefere manter sua sexualidade “no armário” e seguir sua dinâmica sem maiores preocupações. Cabe registrar que muitos LGBTTTT omitem para a sociedade e às vezes para si mesmos suas sexualidades, fatores emocionais que podem se comprometer, considerando as dificuldades em assumir duas identidades, a que a sociedade considera correta e aquela que a pessoa vive, porém na sua restrita intimidade.

Outras pessoas, como argumenta B. A. S. Q., decidem viver intensamente, dedicando-se ao crescimento pessoal para fortalecer a autoestima, contribuindo, assim, para o enfretamento dos preconceitos. O crescimento pessoal através do sucesso profissional, acadêmico e da busca por maiores rendimentos econômicos caracterizam os homossexuais contemporâneos.

Um entrevistado relatou uma agressão sexual vivenciada aos 13 anos, na qual um rapaz de 24 mostrava o órgão genital para o mesmo visualizar.

L.V. (Discente): *No primeiro emprego com 13 anos, um rapaz de 24 anos ficava me mostrando o pênis e tentando me molestar.*

Dois entrevistados relataram momentos de agressões nas escolas onde estudaram. Um deles foi diversas vezes chamado por nomes pejorativos e até mesmo teve problemas na adolescência por esses fatos. O outro escutava de colegas brincadeiras de mau gosto e até mesmo relata tentativas do diretor da escola, onde estudava, em o afastar dos outros alunos.

Will Vulgo (Discente): *Sim, várias vezes eu fui chamado com nomes pejorativos, já tacaram pedras em mim na escola, já recebi um chute na perna por ser gay, e por isso tive muito problemas principalmente na adolescência, eu deixei de ir em alguns lugares e quase não saía de casa por causa disso.*

L. V. (Discente): *Já ouvi: “bicha, viado, boiola, frutinha”, isso era normal na escola. Muitos até falavam: vem de saia hoje! vem de salto! Mariquinha! Chegava em casa chorando, nossa! [...] No terceiro ano do Ensino Médio o diretor do colégio me fez separar os assentos dos meus colegas que me aceitavam na estratégia de me afastar daqueles “que estavam sendo influenciados”.*

As falas dos entrevistados deixam claro que família e escola não estão preparadas para trabalhar a sexualidade humana com a juventude. Como ilustraram os entrevistados, das mais variadas formas de violência, as principais eram: física (“pedradas e chutes”), psicológica (“viadinho, vem de saia hoje”) e até mesmo violência moral (a atitude do professor que não contribuiu com a defesa e o respeito ao aluno).

Quatro entrevistados relataram agressões vivenciadas em locais públicos. Eles sofreram algum tipo de agressão em diferentes locais, como escolas, igrejas, bares, restaurantes etc.

L. R. (Docente): *Sim. Na escola, no trabalho, na igreja, na família, na rua.*

E. F. (Discente): *Sim. Estava em uma festa da faculdade e acabei ficando com uma menina, na frente [de] muita gente. Quando ficamos, muitos homens que estavam perto da gente começaram a gritar e a tirar fotos com o celular, e chegavam perto de mim e da menina que eu estava, pedindo pra entrar no meio de nós duas. Eu no começo ri um pouco da situação, mas depois deixou de ter graça, quando eles não paravam de tirar fotos, mesmo quando eu só estava conversando com a menina.*

D. C. (Docente): *Sim, preconceito de garçons e donos de estabelecimentos que impediram que eu demonstrasse afeto com meu companheiro...*

Will Vulgo (Discente): *Eu tinha 15 e o cara 30 anos. Ele havia me visto na rua, me adicionou na internet e começou a conversar. Através de um perfil “fake” ele descobriu que eu não havia ficado com homem, mas*

que tinha vontade, que eu achava que era gay. A partir daí ele começou a me ameaçar de morte, me seguia quando eu saía da escola para que eu transasse com ele. Eu estava com muito medo, eu era muito imaturo e ingênuo, ainda brincava com carrinho, fui criado com primos menores de idade sempre fui muito “mulecão”... Resultado, eu tive que contar para meus pais para não ter que sair com o cara. Ele dizia que ou eu saía com ele, ou ele transformaria minha vida num inferno. Assim como ele, existem muitos pedófilos por aí, ele ainda está livre, nunca foi preso e fiquei sabendo que não fui o único que ele ameaçou e que ele é traficante.

Em concordância com Mott (2002) sobre o processo histórico do preconceito, há séculos homossexuais são discriminados e sofrem com práticas violentas, que só foram modificadas suas formas de ação e não foram abolidas de uma vez por todas. Nos séculos referentes à Idade Média, existiam as torturas e a Inquisição do Santo Ofício com a incineração de homossexuais em praças públicas em fogueiras. Hoje, existem armas de fogo, força física, armas brancas, entre outras que estendem ainda mais o preconceito histórico enraizado na sociedade ocidental moderna.

Os insultos, o mau atendimento e a indiferença também são formas de violência contra LGBTTT, pois violam-se os direitos de liberdade de expressão e os direitos do consumidor como o de ser bem atendido em estabelecimentos comerciais.

Para A. R., todas as instituições sociais o privaram de viver sua sexualidade com respeito; para E. F. manifestar seu afeto por outra pessoa do mesmo sexo se tornou espetáculo em uma festa universitária; D. C. destaca indiretamente o despreparo de profissionais em lidar com a diversidade sexual, misturando princípios morais particulares no ambiente de trabalho; e Will Vulgo menciona os riscos que sofrera pelo assédio sexual de uma pessoa mais velha.

A violência física é uma das mais preocupantes na problemática da homofobia, pois, com esta prática, a vítima perde direitos, como de liberdade de expressão, de ir e vir, de viver em paz em sua comunidade, de ser respeitada independente de qualquer característica, sexualidade, raça, etnia, religião que essa pessoa venha a ter, dentre outras.

Uma entrevistada relata sobre uma brincadeira vivenciada em seu trabalho na questão de estarem questionando sobre sua sexualidade, mostrando o preconceito existente contra o público LGBTT no mercado de trabalho.

E. F. (Discente): No trabalho, quando uma amiga brincou dizendo que eu era lésbica, e minha ex-chefe disse: “Deus me livre, custei me livrar de uma, não me arrumem outra!”

Os ambientes de trabalho refletem o preconceito social, pois há nos empregadores resistência em aceitar ou reconhecer as múltiplas expressões das sexualidades na contemporaneidade e compreender que estas não interferem na qualidade do trabalho, tampouco na idoneidade, caráter e ética das pessoas.

A fala de E. F. deixa clara a postura hostil da empregadora ao dar graças pela saída de uma lésbica da empresa. Atitudes como esta florescem mais a intolerância e as distorções à sexualidade.

Preparação para a luta contra a homofobia

três entrevistados abordaram sobre o preparo diante da luta contra a homofobia. Um deles acredita estar preparado, pois se pauta diante de amor e respeito pela humanidade. O outro diz que, por trabalhar com diversos

homossexuais, consegue enxergar a ignorância daqueles que não aceitam ou não respeitam as diferenças. Outro diz que não aceita, nem de colegas de trabalho, brincadeiras que possam denegrir o outro, uma forma de combater o preconceito e a homofobia.

A. R. (Discente): *Eu acredito estar preparado em virtude de estar disposto em mostrar o quão natural o amor e o respeito é e que devem andar juntos.*

L. V. (Discente): *Trabalho com um grande número de homossexuais e tenho maturidade e conhecimento suficientes para mostrar a enorme ignorância que cerca a homofobia.*

D. S. (Discente): *Acredito que a maior dificuldade na luta contra a homofobia seria no meio profissional, onde não posso ser o que sou, pois posso ser mandado embora com facilidade (nem posso dar pinta).*

B. A. S. Q. (Docente): *Atualmente não admito que colegas de trabalho, ou outras pessoas que também não sejam homossexuais, digam essas palavras pejorativas perto de mim. O pior é que essa “agressão psicológica” se transforma facilmente em “agressão física”, pois quando um homofóbico espanca um gay, ele faz aquilo achando que está com a razão.*

O conhecimento empodera positivamente uma pessoa. Neste caso, um homossexual desprovido de conhecimento sobre os seus direitos, sobre a sua história, sobre a militância acaba por sofrer mais do que aquele que é empoderado de conhecimentos pertinentes para seu dia a dia, lutando por um espaço de sociabilidade e não permitindo as expressões da discriminação.

Alguns entrevistados acreditam que essa realidade está mudando; o que é coerente, pois há mobilizações do Estado e da sociedade civil, o próprio movimento homossexual está mais visível não só em termos de sociabilidade, mas também em reivindicação de direitos e de igualdade perante heterossexuais.

Essa visibilidade, somada à disposição da luta pelo fim do preconceito, desafia a população LGBTTT nesta era marcada pela homofobia, pelos fundamentalismos religiosos, pela fragilidade da laicidade do Estado Nacional a resistir às opressões de forças conservadoras, nas instituições de ensino, no mercado de trabalho, exigindo políticas públicas de combate aos preconceitos instalados na sociedade.

A e-jovem e a luta contra a homofobia

Três entrevistados acreditam que a E-Jovem obtém resultados na luta contra a homofobia, mas dois apontam que a escola sozinha não tem como resolver o problema.

C. M./L. B. (Docente): *Acho uma atitude pioneira e que apesar de eu acreditar que não sane o problema da homofobia, esta é uma alternativa para reduzir atos de violência num futuro próximo.*

B. A. S. Q. (Docente): *Não depende de uma única entidade resolver as mazelas da comunidade LGBTTT, mas o E-Jovem é uma ferramenta fundamental na conquista dos direitos LGBTTT.*

F. S. (Docente): *Acredito sim, pois só trabalho em algo que eu acredito, senão, nem estaria aqui.*

Dedicar-se ao trabalho, criar estratégias didáticas para despertar a atenção do alunado e resistir ao preconceito e aos valores retrógrados de uma sociedade ainda conservadora e hipócrita são mecanismos de otimização e potencialização do trabalho, pois somente levando as ações a sério, acreditando nos seus impactos sociais, é que os alunos perceberão a seriedade das atividades e o que elas podem oferecer de positivo a eles.

Quatro entrevistados afirmaram que a escola oferece espaço onde a acolhida é primordial, que seus frequentadores se sentem à vontade para se expressarem, estabelecerem vínculos afetivos de amizade e cumplicidade, o que gera abertura e adesão às propostas e ações.

A. R. (Discente): *O gay direction (onde eu e meus amigos fazemos o cover de uma banda britânica muito famosa, e nesse caso, somos gays e vamos para shows, na escola jovem ficamos ensaiando e tudo mais, espaço que não encontramos fora dela).*

Will Vulgo (Discente): *Muitas vezes pensei que na escola eu ia aprender até coisas relacionadas ao sexo, até ouvi de muita gente: “Você aprende a dar o cu lá”? Respondo dizendo que “isso não!” Mas acabamos em certos momentos falando sobre essas coisas, até mesmo, com quem ficamos no final de semana.*

C. M./L. B. (Docente): *Apesar de não acompanhar de perto fora do período de aulas, sinto que há uma convivência relativamente pacífica.*

Will Vulgo (Discente): *Sim! Difícil responder isso, mas ajuda e muito. Parece que tudo muda aqui, somos vistos de outra forma e também, ganhamos prêmios por isso. Se ganhamos algo, é motivo de mostrar que funciona.*

Segundo os entrevistados, estar na E-Jovem lhes permite o diálogo com questões pessoais e sociais que em outro espaço talvez não fosse viável. Essa troca e diálogo favorece o processo socioeducativo, pois a partir das falas dos jovens é possível elencar indicadores de que ter um espaço socioafetivo seguro e acolhedor é importante para a população LGBTTT.

Um entrevistado relatou a visão da comunidade LGBTTTT diante da abertura da E-Jovem na cidade de Campinas, sendo vista com bons olhos, mas, segundo ele, a sociedade em geral ainda vê de forma conservadora.

B. A. S. Q. (Docente): *A comunidade LGBTTTT sentiu-se contemplada, tendo o E-Jovem como referência no trato as políticas de juventude. A sociedade em geral ainda vê o movimento por uma ótica muito conservadora.*

Um entrevistado abordou como é tratado diante de seus familiares por frequentar a E-Jovem. Muitas vezes escuta insultos de que a escola não presta e que ele irá apanhar na rua por ter traços afeminados.

Will Vulgo (Discente): *Meus pais, quando falo que irei para a escola, sempre me xingam, falam que aqui não presta e que ainda vou apanhar na rua por ser desse jeito, por dar pinta.*

Conforme já mencionado em outras análises, a visão da família, principalmente a nuclear clássica de cunho conservador ainda resistirá a qualquer proposta de ruptura de estereótipos e estigmas historicamente constituídos. Todavia, fortalecer as ações da E-Jovem e formar jovens para serem mediadores

e facilitadores de questões sobre a diversidade sexual nos territórios de sociabilidade poderá ser estratégia de rompimento de preconceitos.

Um aluno disse em sua entrevista que não vê sentido em uma escola para homossexuais, que o conservadorismo deve ser deixado de lado e o respeito pelas diferenças seja o direcionador de vidas. O outro relata que todas as escolas devem ser acolhedoras, não apenas uma escola inclusiva.

Will Vulgo (Discente): Não vejo sentido em escola inclusiva, mesmo estando em uma, pois o respeito deve acontecer independente da orientação sexual dos alunos. O ponto de partida é deixar de lado o conservadorismo e educar da forma adequada, mesmo que aqui na escola, eu não seja tratado de outra forma, pois sou igual a todos, mas ser igual cansa, tem horas. Tecnicamente as escolas hoje são inclusivas pois aceitam os estudantes diferentes por força de lei. O que acho que falta são mais ações de educação e orientação, aos professores e aos alunos também.

L. R. (Docente): Uma escola inclusiva é aquela que acolhe e respeita todas as pessoas, combatendo assim qualquer forma de preconceito e discriminação. Neste sentido, sou contrário a uma instituição que represente um “gueto”, porque não ajuda seus participantes a se fortalecerem para serem cidadãos plenos em todas as esferas da sociedade.

E. F. (Discente): A proposta é bacana, mas sinto que deva ser amadurecida para: educar para diversidade. Se em um ambiente como o nosso, da escola, tem o respaldo dos professores e pais, eu acho ótimo, porém, penso que muitos pais aqui nem querem ver os filhos. Tenho ainda meu caso, que sofri bullying e preconceito desde a 5ª série até... bem... até hoje. A educação inclusiva está no caminho certo, e aos poucos vai amadurecendo. Vamos contribuir para esse amadurecimento e não para sua extinção, pois é um movimento muito bonito, a escola aqui de Campinas é bonita, mas poderia estar nas outras também, seria uma boa.

Está nítida a noção de igualdade social para os entrevistados. Pensa-se que para incluir é necessário segmentar determinado grupo para, assim, se promoverem dentre os demais. Nesse sentido, as ações da E-Jovem, que a partir da preferência pelos jovens LGBTTT em suas ações, abrem espaços para uma mudança mais ampla, nos valores da sociedade como um todo.

A visão de Will Vulgo é interessante, pois ele compreende que a educação por si deveria tratar igualmente todos os cidadãos independente de particularidades de qualquer natureza, todavia, mesmo criticando a escola inclusiva, ele a frequenta compreendendo sua importância.

O docente L. R. rebate sob o viés da totalidade, quando a instituição aceita todos está promovendo inclusão com respeito e dignidade. Todavia, a educação brasileira ainda apresenta dificuldades para trabalhar com seus alunos nessa perspectiva, sendo um dos maiores desafios a ser superado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Sen (1993), a liberdade está associada aos direitos que as pessoas possuem para viverem sem restrições. Ele considera oportuno agregar todas as garantias: políticas, protetoras e civis aos cidadãos, para que possam exercer de fato a cidadania.

Deixar de reconhecer e legitimar a existência digna dos LGBTTTT nesta nação é perpetuar um histórico de violência e preconceito a este público; é manter a nação estagnada no tempo, desrespeitando o povo que aqui nasceu ou que escolheu o Brasil como território para moradia e desenvolvimento. Para Sen, a liberdade vai além daquela comumente apresentada, ligada a uma rentabilidade econômica, transformando sua condição de pobreza. A liberdade se associa a outras vertentes de grande importância que garantem qualidade de vida.

A visão do economista pode ser refletida a partir da fala dos entrevistados, que ofereceram uma gama de informações retratando as privações de direitos e a consequente restrição de liberdades que vivenciaram durante suas vidas.

Observam-se como obstáculos aspectos culturais oriundos da família e da sociedade e descompromisso educacional com a diversidade sexual, que geram homofobia e agressões físicas, sexuais e psicológicas a homossexuais, havendo falta de espaço de expressão a essa população.

Discutir sexualidade e suas múltiplas expressões é pensar nas oportunidades sociais, civis e políticas que todos merecem possuir. Debater a questão sexual e as implicações sociais é pensar em melhores condições de vida aos LGBTTTT e, indiretamente, à população em geral.

Nota-se que muitas pessoas têm se mobilizado no sentido de questionar as privações a que estão submetidas, exigindo olhar mais sensível por parte do Estado para questões de ordem racial, de gênero e de sexualidade. Esses aspectos se tornam, portanto, fundamentais quando se pensa desenvolvimento humano e social. Sen afirma que, para a sociedade viver a plena liberdade, é necessário um processo de desenvolvimento amigável, distante de imposições, violências ou outras formas coercitivas de silenciar a população.

Abordar as dificuldades encontradas pelos homossexuais em seu percurso de vida, e ainda conhecer uma escola destinada ao público LGBTTTT numa perspectiva do desenvolvimento humano e social, é saber reconhecer a importância de estudos que podem ser úteis para a ampliação nas produções científicas referentes ao segmento LGBTTTT, além de refletir sobre possibilidades para garantir seus direitos e sociabilidade na sociedade contemporânea, mostrando que a humanidade se desenvolve de acordo não só com as mudanças econômicas, e sim, com mudanças sociais.

Segundo verificado, a E-Jovem proporciona aos alunos momentos de libertação diante da opressão vivida na sociedade. Ao propiciar momentos de afetividade e de abertura, a E-Jovem passa para seus alunos e a comunidade o sentido da liberdade diante da aceitação de suas orientações sexuais, sem medo de represálias.

A implementação e avaliação dos programas de políticas públicas contra a homofobia atendem ao dispositivo constitucional e à garantia suprema dos direitos humanos, objetivando ações proativas dos organismos de segurança pública no combate aos crimes de intolerância, assim como promover no seio da sociedade a cultura da tolerância e respeito às diferenças. Não se concebe à luz do Estado Democrático de Direito que ainda existam sociedades que praticam, fomentam ou se omitem em relação aos crimes de ódio que vêm dizimando membros de sua comunidade, relegando-os a segundo plano, empurrando-os para um armário sombrio onde muitos vivem durante toda a vida com medo da discriminação, privados do maior de todos os direitos dados ao ser humano: a felicidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.
- BAGEMIHL, Bruce. *Biological exuberance: animal homosexuality and natural diversity*. New York: Stonewall Inn, 2000.
- BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. *Homofobia no Brasil: resoluções internacionais e a Constituição de 1988*. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3269, 13 jun. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/bneQyX>>. Acesso em: 21 ago. 2013.
- BORRILLO, D. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 122, de 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/cXXcj5>>. Acesso em: 4 dez. 2017.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Papirus, 1993.
- FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 25, p. 105-115, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/PVuGMd>>. Acesso em: 21 ago. 2013.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007a.
- _____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 12. ed. São Paulo: Graal, 2007b.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Unesp; Paz e Terra, 1990.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- HERSKOVITS, M. J. *Antropologia cultural: o homem e seu trabalho*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. p. 98-108.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

KOTLINSKI, Kelly. (Org.). *Legislação e Jurisprudência LGBTTT*. Brasília: Letras Livres, 2007.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. *Novos Estudos*, Salvador, n. 1, p. 53-60, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1992.

MOTT, Luiz. *O que você deve saber sobre homossexualidade*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002.

PORCHAT, Patrícia. A dança dos gêneros. *Revista Mente e Cérebro*, São Paulo, ano XV, n. 185, p. 44-49, 2008.

SANTOS, Valdirene dos. Homossexualidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. 1 CD-ROM.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, p. 313-323, 1993.

SILVA, Thiago Rodrigo. *As múltiplas expressões da diversidade sexual e políticas públicas: construção da homossociabilidade LGBTTT no espaço social contemporâneo*. 2009. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2009.

SILVA, Renan Antonio. *Desenvolvimento como liberdade e homofobia: um estudo de caso em uma escola destinada ao público LGBTTT*. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário de Franca, Uni-Facef. Franca, 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins. Do gueto ao mercado. In: GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo; SILVA, José Fábio Barbosa da. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 13-28.

TERTO JR., Veriano. *Reinventando a vida: histórias sobre homossexualidade e aids no Brasil*. 1997. 249 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.